



Vasco Rosa

Para uma política cultural nos Açores, XII

Para que serve a revista da DRAC?

A Direcção Regional dos Assuntos Culturais festeja dez anos de publicação contínua da sua *Cultur Açores. Revista de cultura* (de periodicidade semestral até 2020, e anual desde então: 15 números, portanto), e isso convida e justifica uma avaliação geral que — a rigor — deveria ser feita medindo-a em comparação com a revista *Isleña*, criada em 1987 pelo organismo madeirense correspondente e que já leva 73 números publicados, mas também com outras, suas aparentadas, de iniciativa do governo central: *Monumentos* (1994-), *RP: Revista de Património* (2013-) e *Revista de Museus* (2018-). Um contraponto tão desafiante e em perspectiva tão completa quanto possível haveria mesmo de compará-la com publicações equivalentes nas Ilhas Canárias e em Cabo Verde, caso existam.

Não sou a pessoa indicada para exame tão abrangente — que seria o mais razoável —, nem este é espaço suficiente para tal. Quero apenas tentar estimular uma conversa sobre a validade duma publicação deste tipo *nos termos em que existe*. Em parte porque *Atlântida*, do IAC, e que a DRAC financia anualmente, cobre a maioria dos seus temas, e em parte porque se desconhecem os créditos alcançados por *Cultur Açores* fora do círculo institucional que reporta. Em todo o caso, 15 números de c. 160 páginas a cores cada constituem um fundo documental suficientemente vasto e diversificado para permitir uma radiografia da instituição DRAC e do peso político que «a cultura» foi merecendo nos últimos sete anos de governo dum partido (no poder desde 1996) e os primeiros três duma coligação de partidos, e, mais ainda — o que não é de somenos —, da qualidade da «massa crítica» a serviço dos equipamentos públicos culturais dos Açores.

A primeira impressão que se tem é de que se trata duma revista que começou logo com um design obsoleto, já então tecnicamente ultrapassado, incapaz, portanto, de seduzir e dar a *sugestão de modernidade* que as artes gráficas potenciam (v. *Adufe. Revista cultural de Idanha-a-Nova*, criada em 2012), e que basicamente serve de «relatório» agora anual desta direcção regional e dos equipamentos que gere: oito museus regionais, o centro de arte contemporânea da Ribeira Grande, o ecomuseu do Corvo e as bibliotecas públicas de Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Horta, cujos quadros a par e passo são chamados a noticiar e descrever o trabalho ali feito no período pretérito.

Elogia-se uma «rede», uma «comunidade DRAC» (Vieira, p. 22) e uma «efectiva memória colectiva» (Matos, p. 11), muito embora se possa pensar que tal efeito estava garantido — em contínuo — por circuitos internos agilizados e hábitos de conversa ou debate *tanto vertical como horizontal*. Os actuais directores dessas instituições cumprem neste n.º 15, como esperado, o compromisso de enaltecer os méritos da publicação, sem todavia reclamarem mais reflexão teórica, actualização técnica, debate estratégico e diplomacia cultural, ou se atreverem — digamos assim — a reivindicar abertamente o reforço de meios humanos e técnicos de que carecem.

João Paulo Constância, do Museu Carlos Machado, em Ponta Delgada, considera *Cultur Açores* «um projecto de sucesso, amplamente conseguido, que ultrapassou desafios e constrangimentos e se tornou num *verdadeiro pilar na promoção da actividade cultural dos Açores*» (p. 19). Assim é, de facto, pois — como informa a coordenadora editorial, redactora e também designer gráfica Humberta Augusto — 800 dos 1200 exemplares são oferecidos a «destinatários de natureza pública e privada, de cariz cultural, associativo, universitário, turístico, empresarial». Os restantes 400 são vendidos a 12 € cada, mas apenas nas chamadas Lojas de Cultura ou através da página institucional. A impressão duma revista deste tipo — e, no caso, também o seu envio postal — é hoje um encargo financeiro de monta, *sem mais-valias que o justifiquem* numa época em que um *website* bem gerido e actualizado (que a DRAC não tem), e edições só digitais e gratuitas, cumpririam perfeitamente — senão mais e melhor — a função para a qual *Cultur Açores* foi criada.

É o mesmo tipo de poupança de recursos (sempre escassos...) hoje obtida por reuniões zoom que evitam despesas de viagem e alojamento, e consideráveis perdas de tempo útil para *trabalho efectivo*. Mas não só. Nas universidades, há muito que se deu prioridade máxima a publicações periódicas digitais, cuja *difusão global* fica assegurada de imediato (criada em 2012, *Pessoa Plural*, dedicada ao poeta português, sai anualmente e tem já mais de 5000 pp. em-linha aberta!). A DRAC nem sequer acompanha a prática, comum a muitos periódicos, de criação de um arquivo digital, onde números antigos são disponibilizados para livre leitura e *download* (v. *Colóquio | Letras* da Fundação Calouste Gulbenkian) ou constituem privilégio de assinantes (como sucede para jornais e revistas), ou simplesmente indexados para facilitar pesquisas bibliográficas (por exemplo, *O Tripeiro* no *website* da Associação Comercial do Porto, seu editor; e a madeirense *Isleña*, na maioria). Na página da direcção regional só se admitem assinaturas, compra de números avulsos e consulta paga de artigos específicos — muito embora a revista não remunere colaboradores, aliás quase todos funcionários seus.

Somos, então, levados a dizer que a melhor maneira de celebrar a primeira década de *Cultur Açores* teria sido — ou será — disponibilizar a todos uma versão PDF gratuita do que já foi publicado. Não seria sequer fora de regra que este número comemorativo trouxesse índices de assuntos e de autores da publicação até à data, pequena tarefa de retaguarda mas grande benefício para muitos. Serviço público é também isso: acolher boas práticas que outros exibem — há mais de um século a esta parte, seja dito — e servem o melhor possível o propósito que se tem.

Folheando todos os números, encontram-se textos a realçar, embora a maioria deles surja num português muito pobre e sem editor literário qualificado. A qualidade das fotografias também deixa muito a desejar e quase sempre. Por limitação de espaço e por vezes numa escolha mais pessoal, vou referir-me a um em cada edição. N.º 1, «Christiano Junior: um açoriano, fotógrafo, na América do Sul», de Manuel Magalhães (pp. 43-57); n.º 2, «O conceito da casa micalense» de Igor Espínola de França (pp. 52-56); [não há n.º 3 na *Biblioteca Nacional*]; n.º 4, «Património baleeiro móvel dos Açores» de José Decq Mota (pp. 136-41); n.º 5, a embaixada de escritores à feira do livro de Porto Alegre (Brasil); n.º 6, o debate sobre turismo, dos museus aos parques naturais; n.º 7, dossier «Antero hoje» (actas em livro *só três anos depois...*); n.º 8, a arqueologia subaquática e o projecto Margullar, com Canárias e Cabo Verde; n.º 9, claramente os prémios de arquitectura Paulo Gouveia 2018, para Pink House e Adegas da Baía da Arruda (Pico); n.º 10, a *História da Arte nos Açores* — projectada em 2012, imprensa *sete anos depois!* —, as exposições Canto da Maya e José Nuno da Câmara Pereira e a história do primitivo Teatro Micalense, por Joana Couto; n.º 11, os 150 anos do maestro Francisco de Lacerda (a merecer edição autónoma, graficamente qualificada) e os arquivos sonoros da etnomuseóloga Joanne Purcell; n.º 12, «Cerâmica da Lagoa» de Lia Gomes, o efeito da pandemia na vida dos museus açorianos, e o espólio de Domingos Rebêlo no MCM; n.º 13, a era digital nos museus, os prémios de arquitectura Paulo Gouveia (uma excelente iniciativa!), para a reabilitação do Louvre Micalense e da Quinta dos Peixes Falantes, em São Miguel, e as respostas de Maria José Cavaco e de Rui Caria a um inquérito; e, finalmente, o n.º 14, com o centenário de Pedro da Silveira (pp. 32-45), o projecto Jónia Açoriana, com novas produções inspiradas nos acervos de museus açorianos, e as exposições «Mar Tenebroso», «Gaspar Frutuoso naturalista» e «Albert I, Príncipe do Atlântico». A história do bote baleeiro açoriano e a fábrica de tabaco da Maia (São Miguel) também são abordados.

São temas do n.º 15, correspondente a 2023 mas saído em Julho deste ano (*oito meses depois*, o que é inaceitável): Angra do Heroísmo e a Unesco; o património subaquático dos Açores; a realização na Terceira duma conferência ibérica sobre tecnologia e conservação de património; a viola da terra, a procissão dos Terceiros (franciscanos) na Ribeira Grande e o carnaval da Ilha Terceira enquanto manifestações de património cultural imaterial em curso de inventariação e estudo; as duas exposições do centenário de Natália Correia — Sílvia Massa destaca-se pela narrativa da mostra que preparou, e o processo de restauro dum busto da escritora é descrito por Eugénia Silva —; a edição de um guia turístico interactivo dos museus açorianos; o stand regional na feira do livro de Lisboa de 2023 (no Porto, não). Vem depois o habitual questionário a figuras conhecidas das artes e das letras sobre criação, tradição/modernidade e o devir da cultura açoriana: Vamberto Freitas tem a lucidez — e a coragem — de proclamar um «corte radical com tudo o que poderá *exigir dependência* de qualquer poder local, regional e nacional. Pena não termos *mecenas anónimos nos Açores, como acontece noutros países, que nada pedem ou exigem*, em termos políticos e ideológicos, *que dão esse apoio sem publicidade alguma*»; uma notícia alargada sobre o colóquio e a exposição multimédia «A Estação Francesa nas Flores»; uma entrevista ao pintor Urbano por ocasião da sua exibição no Arquipélago; as mostras das colecções Pamplona Forjaz e João Vargas e da etnográfica «Moinhos de Vento e Ciclo do Pão», em Santa Maria. Por fim, registos da temporada musical, que não é despendida. Ninguém poderá dizer que nada acontece nos Açores. A questão é bem outra: *que mais e que melhor poderia acontecer, com um redobrado investimento directo* nos seus museus, bibliotecas e arquivos (quadros qualificados, recursos técnicos, actividade editorial, *streaming* de eventos, itinerância e internacionalização, etc.)?

E quem julgue que a revista da DRAC dá conta de tudo o que fazem as instituições que tutela ficará surpreendido com omissões que logo saltam à memória: a importante publicação em 2020 de *A Biblioteca de José do Canto: o homem ao espelho dos seus livros e manuscritos; Santos da Casa Fazem Milagres*, catálogo da bela exposição de Paulo Goulart no MCM, em 2021; e a não menos relevante impressão de três tomos da *Bibliografia Geral dos Açores* (ainda incompleta!) de João Afonso em 2023 — no centenário do nascimento do seu autor compensando, ainda que parcialmente, uma escandalosa desatenção de décadas.